


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0010426-81.2007.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Espécies de Contratos**  
 Requerente: **José Carlos Fonseca Neto**  
 Requerido: **Banco Itaú Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos.

A questão tratada no cumprimento de sentença já foi devidamente equacionada pela decisão de fls. 570/573, que foi confirmada pela Superior Instância, conforme cópia do v. acórdão de fls. 608/616. Assim, tendo a decisão passado em julgado, a Serventia deve cumprir o que foi determinado a fls. 573, ou seja, a expedição de mandado de levantamento do valor depositado a fls. 227 **em favor do executado Banco Itaú**, em virtude da compensação reconhecida nos autos. **Expeça-se mandado de modo imediato**, sendo que eventual diferença em favor do executado deverá ser perseguida, se for o caso, em ação própria, como já consignado a fls. 572, § 3º.

A alegação de prescrição também já foi rechaçada na decisão que reconheceu a possibilidade de compensação da operação de crédito liberada na conta corrente do exequente no dia 21/02/2006, com o crédito aqui perseguido.

Quando da análise do recurso de apelação do exequente, o relator fez constar expressamente do v. acórdão de fls. 151/158 ( mais especificamente no § 4º de fls. 157), o seguinte: *"Consequentemente, os valores pagos a maior pelo apelante sob essa rubrica (**e que também serão apurados na fase de liquidação deste v. acórdão**) deverão ser a ele repetidos, na forma simples, com correção monetária pelos índices da tabela praticada adotados para cálculo de débitos judiciais desde o momento, se for o caso, da caracterização do indébito e juros legais de mora a contar da citação, ficando autorizada a compensação de eventual crédito apurado em favor do acionante com o débito ainda não pago."* (destaquei).

Dessa forma, observa-se que a Superior Instância teve o cuidado de se referir a **eventuais outros lançamentos feitos pela Instituição Financeira na conta corrente objeto da ação**, determinando, inclusive possível compensação com débito em aberto do aqui exequente.

Assim, não há que se falar em prescrição como pretende o exequente, ainda mais levando em conta que foi determinada a apuração dos expurgos e da eventual compensação **na fase de liquidação**, exatamente como se deu nos autos e foi regularmente reconhecido na fase própria.

Concluindo : **os lançamentos feitos na conta corrente do exequente foram analisados como um todo na decisão proferida**, não havendo que se falar em contagem de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

prescrição apenas para determinado lançamento.

Assim, estando o crédito do exequente devidamente satisfeito com a compensação determinada às fls. 570/573, **JUGO EXTINTA** a presente execução, com fundamento no art. 924, III, do C.P.C.

Oportunamente, averbe-se a extinção e arquivem-se os autos.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 07 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**